

Secretaria-Geral

Despacho n.º 2006/2011

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que:

1 — Foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com a licenciada Inês Antónia Cláudio do Rosário Lourenço, inserida na carreira geral de técnico superior, ficando posicionada na 5.ª posição remuneratória da respectiva carreira, nível remuneratório 27 da tabela remuneratória única, com efeitos a 27 de Dezembro de 2010.

2 — O contrato está sujeito a período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o disposto no n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, e no n.º 2 do artigo 78.º do RCTFP.

3 de Janeiro de 2011. — A Secretária-Geral, *Isabel de Carvalho*.
204237989

Despacho n.º 2007/2011

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que:

1 — Foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com o licenciado Domingos Sérgio Garcia Monteiro, inserido na carreira geral de técnico superior, ficando posicionado na 4.ª posição remuneratória da respectiva carreira, nível remuneratório 23 da tabela remuneratória única, com efeitos a 1 de Novembro de 2010.

2 — O contrato está sujeito a período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o disposto no n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de extensão n.º 1A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, e no n.º 2 do artigo 78.º do RCTFP.

19 de Janeiro de 2011. — A Secretária-Geral, *Isabel de Carvalho*.
204241819

Despacho n.º 2008/2011

Nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro, que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, e da alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, torna-se público que:

1 — Foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, na sequência de recrutamento através de procedimento concursal comum, com os seguintes trabalhadores inseridos na carreira geral de técnico superior:

Licenciada Ana Maria Rodrigues da Cunha;
Licenciada Sónia Cristina Costa Inácio Ramos;
Licenciada Helena Glória Barros dos Santos;
Licenciado Jorge Manuel Moreira Xisto.

2 — Os trabalhadores ficam posicionados na 2.ª posição remuneratória, nível remuneratório 15 da tabela remuneratória única.

3 — Os contratos celebrados com as licenciadas Ana Maria Rodrigues da Cunha e Sónia Cristina Costa Inácio Ramos produzem efeitos a 11 de Novembro de 2010, o contrato celebrado com a licenciada Helena Glória Barros dos Santos produz efeitos a 22 de Novembro de 2010 e o contrato celebrado com o licenciado Jorge Manuel Moreira Xisto produz efeitos a 1 de Janeiro de 2011.

4 — Os contratos estão sujeitos a período experimental, com a duração de 180 dias, de acordo com o disposto no n.º 2 da cláusula 6.ª do Acordo Colectivo de Trabalho n.º 1/2009, aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas por força do Regulamento de extensão n.º 1-A/2010, de 1 de Março de 2010, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 2 de Março de 2010, e no n.º 2 do artigo 78.º do RCTFP.

19 de Janeiro de 2011. — A Secretária-Geral, *Isabel de Carvalho*.
204243999

Despacho n.º 2009/2011

De acordo com a fundamentação constante da proposta de nomeação apresentada pelo júri do procedimento concursal para provimento do

cargo de direcção intermédia do 2.º grau, do quadro de cargos de direcção definido no mapa anexo ao Decreto Regulamentar n.º 60-A/2007, de 30 de Abril, e ao abrigo do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, que alterou e republicou, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril:

Nomeio em comissão de serviço, por três anos, renovável por iguais períodos de tempo, para o cargo de Chefe de Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações a licenciada Maria da Conceição Rodrigues de Melo e de Ferreira Marques, do mapa de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Educação.

1 — A decisão do júri fundamenta-se no facto de a avaliação curricular da licenciada Maria da Conceição Rodrigues de Melo e de Ferreira Marques revelar um conjunto de experiências profissionais relevantes na área dos recursos humanos, assim como formação de base e complementar reveladoras de adequada preparação ao competente exercício da função em causa, tal como se evidencia na nota curricular anexa, e que faz parte integrante do presente despacho.

2 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Fevereiro de 2011.
20 de Janeiro de 2011. — A Secretária-Geral, *Isabel de Carvalho*.

Nota curricular

1 — Elementos de identificação

Maria da Conceição Rodrigues de Melo e de Ferreira Marques

2 — Formação Académica

Licenciatura em Direito — Universidade Lusíada e Internacional (13 valores).

3 — Formação Profissional

Diplomada pelo INA no curso de Especialização CAF — “Common Assessment Framework” — com a classificação de 19 valores. Frequência de diversas acções de formação, nomeadamente no âmbito das áreas do planeamento, gestão de recursos humanos, avaliação do desempenho, regime jurídico da Administração Pública e inovação e qualidade.

4 — Experiência Profissional

Na Secretaria-Geral (SG) do Ministério da Educação (ME) — técnica superior de 1 de Abril de 1997 a 30 de Setembro de 2001 e de 1 de Outubro de 2004, até à presente data.

Por despacho do Secretário-Geral do Ministério da Educação, de 05.11.2010, publicado no DR, 2.ª série, N.º 220, de 12 de Novembro, nomeada, em regime de substituição, Directora de Serviços de Organização, Planeamento e Formação;

Responsável pelo acompanhamento do processo de implementação e aplicação do SIADAP 2 e 3 na Secretaria-Geral e nos restantes serviços do ME, nomeada por despacho do Secretário-Geral

Adjunto, de 19.02.2005;

Acompanhamento técnico-jurídico à implementação e execução de todos os diplomas que enformam o actual regime jurídico da Administração Pública, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento estatutário, ao nível da SG e dos restantes serviços do ME;

Secretária do “Conselho de Directores-Gerais do ME;

Na Direcção-Geral de Viação — Técnica Superior, requisitada, de 1 de Outubro de 2001 a 30 de Setembro de 2004.

Funções de assessoria técnica e jurídica no âmbito da gestão dos recursos humanos;

Acompanhamento de processos de natureza graciosa e contenciosa nos domínios do direito laboral público e privado.

5 — Outras actividades (participação em grupos de trabalho)

“Planeamento Estratégico e Operacional”; “Gestão previsional de efectivos — RCM n.º 38/2006”; “Grupo Interno de Acompanhamento dos Procedimentos Concursais”; “Estudo comparativo da estrutura organizacional das várias Secretarias-Gerais”; “Aplicação da Norma n.º 4427/2004, sobre gestão de recursos humanos”; “Aplicação da CAF (Common Assessment Framework); “Monitorização e Revisão da Carta da Qualidade”; “Avaliação do grau de Satisfação dos Clientes Internos e Externos; “Manual de Acolhimento”; “Regime jurídico de Vínculos, Carreiras e Remunerações”; “Análise de Procedimentos Administrativos”; “Reestruturação do quadro único do M.E.”; “Comissão Técnica responsável pela implementação dos postos de atendimento da DGV nas Lojas do Cidadão”; — Comissão Técnica de Análise aos recursos humanos da DGV”; Comissão Técnica encarregue da reestruturação orgânica da DGV”; “Membro de júri de vários procedimentos concursais, na qualidade de presidente e de vogal”.

6 — Publicações (autoria e co-autoria)

“Guia do Procedimento Concursal”; “Guia do utilizador do novo SIADAP”; “Guia sobre o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas”; “Guia sobre Regime de protecção dos Acidentes em Trabalho e Doenças Profissionais”; “Práticas de Aplicação da CAF na Administração Pública Portuguesa”.

204247157